

CINISMO E SOLIDARIEDADE NA GLOBALIZAÇÃO

**É professor no programa de pós-graduação em Ciências da Religião na PUC-SP e na Faculdade de Teologia da UMESP e é pesquisador do IFAN-USF.*

*Jung Mo Sung**

Resumo:

O a. parte da constatação do impacto das modernas tecnologias na vida social contemporânea e dos processos de globalização para levantar a questão sobre a responsabilidade diante da exclusão social de grande parte da humanidade. Apresenta sinteticamente, algumas teorias que buscam explicar a insensibilidade pelo sofrimento dos pobres. A seguir, elabora alguns passos que as Igrejas cristãs podem dar com o objetivo de superar seja o problema econômico, seja a tendência de insensibilidade geral diante do drama da pobreza e injustiça.

Chaves:

Globalização; Exclusão social; Doutrina social da Igreja; Solidariedade.

1. GLOBALIZAÇÃO: PARAÍSO E EXCLUSÃO SOCIAL

A passagem do segundo para terceiro milênio está sendo marcada por dois fatos que estão afetando a vida de quase todas as pessoas do mundo: a globalização econômica e a revolução tecnológica. O processo de integração econômica mundial está sendo possível hoje graças aos avanços tecnológicos da nossa era da informação. Ao mesmo tempo, a globalização econômica está difundindo estes avanços tecnológicos a quase todas as partes do mundo.

Este processo é tão marcante na história da humanidade que alguns arautos da boa-nova do capitalismo chegaram a ver nele a realização dos sonhos mais profundos da tradição cristã e de outras grandes religiões: a unidade entre os seres humanos e a vida de bem-aventurança, o Paraíso, com a realização

de todos os desejos. Entre estes *missionários* da boa-nova do capitalismo, destaca-se Francis Fukuyama. No seu famoso livro *Fim da história e o último homem*, ele diz que *a tecnologia torna possível o acúmulo ilimitado de riqueza, e portanto, da satisfação de um conjunto sempre crescente de desejos humanos*. Advogando um tipo de pelagianismo moderno, ele crê que a tecnologia nos levará ao *acúmulo ilimitado de riqueza*, como se a natureza e a tecnologia produzida pelos seres humanos não tivessem limites, e que esta produção de riqueza será capaz de realizar todos os desejos humanos.

Além dessa promessa da realização de todos os desejos, ele anuncia também a reconciliação da humanidade, a criação da unidade entre os povos através do processo de homogeneização e interligação de todas as sociedades humanas. Pois, segundo ele, *todos os países em processo de modernização econômica tendem necessariamente a se parecerem uns com os outros. (...) Os mercados globais e a disseminação de uma cultura consumista universal promovem a aproximação e ligação cada vez maior dessas sociedades entre si. Além disso, a lógica da ciência natural moderna parece ditar uma evolução universal na direção do capitalismo*.¹

Globalização econômica sob a hegemonia do capitalismo neoliberal — que impõe o critério de eficiência econômica não só ao campo econômico mas a todas esferas da vida humana e a disseminação da cultura consumista — e o progresso tecnológico são apresentados como o único caminho possível para o avanço da humanidade.

Não se pode negar o fato de que este processo realmente tem gerado avanços técnicos fabulosos e possibilitado interação econômica e social entre pessoas e povos antes separados. Mas, ao mesmo tempo, ocorreu uma brutal concentração de renda. As cifras do PNUD indicam que, nos últimos trinta anos, o volume de renda de 20% das pessoas mais pobres do mundo caiu de 2 para 1,45% da renda mundial, enquanto a fração dos 20% mais ricos passou de 70 para 85% da riqueza mundial. As distâncias sociais duplicaram-se de 1960 a 1990. Nos dois extremos da acentuada polarização mundial de renda, 358 multimilionários detêm, atualmente, um patrimônio superior à renda acumulada de 45% da população mais pobre do mundo, 2,3 bilhões de pessoas.

E esta concentração de renda veio acompanhada também de uma exclusão social nunca antes vista. Não somente porque continua aumentando o número de pobres e miseráveis no mundo — em torno de 1 bilhão e 300 milhões de pessoas vivem com menos de um dólar ao dia —, mas principalmente porque uma parte significativa da população mundial tornou-

1 Cf. F. FUKUYAMA, *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992, p. 15.

se *sobrante*, dispensável. São pessoas que não servem mais para modernos processos produtivos, nem são consumidoras. Assim, elas acabam sendo vistas como um estorvo ao *progresso* e à vida de bem estar (alto padrão de consumo) da população integrada no mercado.

Alguns poderiam dizer, com uma certa dose de verdade, que as revoluções tecnológicas são quase inevitáveis e que estas sempre provocaram e vão provocar desequilíbrios sociais durante a fase de transição. O problema não está neste ponto, mas sim no fato de que o desequilíbrio social está se dando hoje na forma de exclusão social, acompanhada de insensibilidade frente a este problema. Hugo Assmann diz com muita propriedade que *o fato maior na conjuntura atual do mundo é certamente o império pavoroso da lógica da exclusão e a crescente insensibilidade de muitíssimos em relação a ela*. Esta insensibilidade se dá também no âmbito acadêmico. Como diz Celso Furtado, um importante economista brasileiro: *surpreende-me que o tema de maior relevância no momento atual — a exclusão social — não tenha destaque nos currículos universitários*.²

2 Cf. C. FURTADO, *O capitalismo global*. São Paulo, Paz e Terra, 1998, p. 14.

E este é um problema fundamental porque enquanto a exclusão social não for visto pela sociedade como um desafio prioritário não se fará o necessário para criar uma sociedade onde caibam todos/as.

Insensibilidade, que muitas vezes beira a cinismo, frente ao sofrimento de tantos revelam uma profunda crise espiritual e ética que atinge o mundo de hoje. Vivemos em um mundo profundamente desumano. Desumana é a condição em que sobrevivem os/as excluídos/as do mercado, desumana é também a postura espiritual e ética dos que são insensíveis ou até agressivos para com os/as excluídos/as.

O que as Igrejas cristãs podem e devem fazer para diminuir a insensibilidade social e assim contribuir na construção de uma sociedade onde caibam todos? Esta deve ser, para mim, uma das perguntas básicas de todas Igrejas cristãs que refletem sobre a sua missão nos dias de hoje. Pois, não assumir seriamente este desafio não deixa de ser uma forma de compartilhar a insensibilidade social vigente. Para responder a esta questão é preciso começar analisando o que gera e legitima esta cultura de insensibilidade.

2. AS CAUSAS DA INSENSIBILIDADE SOCIAL

É claro que a insensibilidade social é composta de insensibilidades dos indivíduos, mas não podemos reduzi-la a uma mera somatória destas insensibilidades individuais. Se assim

fizéssemos, estaríamos partindo do pressuposto de que a sociedade é uma mera soma dos indivíduos, — o que as ciências sociais já mostraram não ser. Por outro lado, não podemos também reduzir este fenômeno somente a causas sociais, como se não houvesse *espaço* para decisões pessoais. Se assim fosse, não existiriam tantas pessoas solidárias com os/as excluídos/as. Contudo, em um artigo não se pode pretender responder a todas as questões. Por isso, no intuito de colaborar com o debate e suscitar novas reflexões, vou apresentar muito brevemente algumas hipóteses de causas sociais que geram esta cultura de cinismo e dão uma *consciência tranqüila* aos insensíveis.

2.1. Crescimento econômico: a solução?

A primeira tem a ver com uma teoria econômica sobre desenvolvimento que já se tornou parte do senso comum. O postulado básico da teoria do desenvolvimento dominante é de que há uma relação inversa entre o crescimento econômico e igualdade social: quanto maior a desigualdade, maior o crescimento econômico. Identifica-se o desenvolvimento com o crescimento econômico e depois se assume que a única forma de solucionar os problemas sociais é o crescimento econômico. E para crescer é preciso acumular. Acumulação essa que aumenta a desigualdade social. Portanto, para este tipo de teoria econômica, a alta iniquidade social é necessária para se obter a acumulação e impulsionar o crescimento econômico para assim no futuro — que para os pobres nunca chega — resolver os problemas da desigualdade social.

Quando este tipo de teoria econômica se torna senso comum, é de se esperar que as pessoas e grupos sociais encarem a exclusão social como um sacrifício necessário para a *redenção* da sociedade. E sendo um sacrifício necessário, deixa de ser considerado como eticamente mau e perde-se a sensibilidade frente a excluídos/as. Quando se pergunta *quem é que está exigindo estes sacrifícios?*, a resposta é facilmente encontrada nas explicações dos economistas e dos meios de comunicação social: o mercado! Configurando o que diversos teólogos da libertação e o próprio papa João Paulo II têm denunciado como a idolatria do mercado.

2.2. A sobrevivência do mais eficaz: a concorrência

A segunda também é da esfera teórica. O aumento da desigualdade social combinada com uma riqueza nunca antes vista nas mãos da elite — seja em países ricos ou pobres —, foi tirando aos poucos a credibilidade da tese de que a iniquidade social era um caminho para abundância para todos. Assim, foi

destaque a teorias econômicas que naturalizam o processo econômico e invertem os valores éticos tradicionais. O autor mais importante é, sem dúvida, F. Hayek, considerado o papa do neoliberalismo. No seu último livro publicado em vida, *A arrogância fatal*, ele compara a evolução da economia de mercado com a evolução biológica das espécies e diz que os processos de evolução biológica e cultural são regidos por um mesmo tipo de seleção: a sobrevivência dos mais eficazes no aspecto reprodutivo. E que essencialmente, a diversificação, a adaptação e a concorrência são processos de espécie similar, quaisquer que sejam seus mecanismos concretos, especialmente no que tange aos processos de propagação. Ora, a concorrência não só constitui a pedra angular da evolução passada, senão que é igualmente imprescindível para os logros já alcançados não iniciem processos de regressão.³

3 Cf. F. A. AYEK, *La fatal arrogancia: los errores del socialismo*. Madri, Unión Editorial, 1990, p. 62.

Hayek, como tantos outros, defende que a concorrência deve ser o motor da sociedade porque só ela gera o aumento da eficiência, que é a base do crescimento econômico. Quanto ao problema da justiça social e da solidariedade com os mais fracos, Hayek tem uma teoria surpreendente. Para ele a solidariedade é um instinto animal, típico de pequenos grupos, que deve ser superado por seres humanos que desejam o desenvolvimento. Segundo ele, não teria havido a evolução das sociedades se não tivesse sido ignorada a recomendação de que todo semelhante seja tratado com o mesmo espírito de solidariedade que se dedica a quem habita o entorno mais próximo.⁴ Por isso, para Hayek, falar em justiça social é tornar-se anti-social, pois a justiça social baseada no conceito de solidariedade humana é radicalmente incompatível com uma ordem de mercado competitivo e com o aumento e inclusive a manutenção da população e a riqueza atuais. Deste modo, por meio de tais erros, se chega a chamar 'social' o que na realidade constitui o principal obstáculo para a boa marcha da 'sociedade'.⁵

4 Ibidem, pp. 43-44.

5 Ibidem, p. 188.

A insensibilidade social é defendida aqui como um valor moral, pois seria imprescindível à economia de mercado. Esta inversão ética aliada à esta teoria da evolução humana geram uma consciência tranqüila aos que se fecham ao sofrimento dos/as excluídos/as.

2.3. Era da inocência econômica?

A terceira são os efeitos do aumento da complexidade na divisão social do trabalho no campo ético. Com a globalização econômica, o sistema da divisão do trabalho tornou-se mundial e extremamente complexo, de tal forma que, paradoxalmente, para os indivíduos parece fragmentado. Desse modo houve um aumento exponencial na distância entre uma ação econômica

ou social e os seus efeitos na coletividade. Assim as pessoas ou grupos sociais não se sentem culpados ou responsáveis por resultados sociais não-intencionais, como é o caso da exclusão social. Ao mesmo tempo, aumenta-se o sentimento de impotência, o sentimento de que *não se pode mudar nada*.

Na medida em que se torna muito mais difícil julgar eticamente uma ação econômica ou social de um indivíduo ou de um grupo, o discernimento se reduz ao campo da técnica e da eficiência. Uma ação econômica ou política não é mais julgada na sua dimensão ética, mas só pelo critério absoluto da eficiência. Por isso, um burocrata do F.M.I., por exemplo, não se sente eticamente responsável pelo sofrimento dos pobres quando impõe programas de ajustes que aumentam o desemprego, ao mesmo tempo que cortam os gastos sociais. Assim, as leis do mercado se tornam o sistema de valores aos quais as pessoas e grupos devem obedecer cegamente.

Os sentimentos de não-responsabilidade e de impotência são *fermentos* propícios para uma cultura de insensibilidade social.

2.4. O caminho do isolamento

A quarta tem relação com a não-responsabilidade tratada acima. A responsabilidade é um atributo ético da proximidade, enquanto que a não-responsabilidade tem a ver com a distância social. Esse distanciamento se dá fisicamente quando os ricos vão se isolando do resto em condomínios fechados, clubes *privês*, ou outros tipos de espaços em que os pobres são impedidos de entrar. Ou quando os países ricos fecham as suas fronteiras aos trabalhadores dos países pobres. E o distanciamento espiritual se dá na medida em que os ricos de um país não se sentem pertencendo a uma mesma nação que os seus compatriotas pobres. Isso porque o padrão de consumo está se tornando um critério cada vez mais central na construção de identidade pessoal e grupal.⁶ Assim um rico brasileiro, por exemplo, se sente muito mais identificado com um norte-americano que compartilha o mesmo padrão de consumo do que com um compatriota seu que mora em uma favela.

⁶Vide, por exemplo, N. G. CANCLINI, *Consumidores y ciudadanos. Conflictos multiculturales de la globalización*. México, Grijalbo, 1995.

2.5. O infinito desejo de ter: inveja e rivalidade

A quinta está intimamente ligada com a anterior. Na cultura de consumo os indivíduos buscam o reconhecimento social pelo padrão de consumo. Um indivíduo é reconhecido como pessoa na medida em que consome um bem desejado e reconhecido como tal por outros e pela própria coletividade. Busca-se o *ser* pessoa através de *ter* mercadorias desejadas por

outros. Por isso é que Fukuyama, na citação feita no início, apresentava a acumulação ilimitada de bens como o caminho para realizar todos os desejos humanos.

Como as pessoas desejam *ser* de um modo infinito, na cultura de consumo buscam *ter* infinitamente. E o outro passa a ser ao mesmo tempo o modelo — aquele que me aponta a mercadoria a ser desejada — e rival. Esta rivalidade é inerente a este processo de desejar por imitação, pois na medida em que dois ou mais pessoas desejam um mesmo bem, este se torna sempre escasso em relação aos sujeitos desejantes e é desejado porque é escasso.⁷ A inveja e a rivalidade se transformam em combustíveis do espírito de concorrência. E como diz D. Bell, *se o consumo representa a competição psicológica pelo status, então podemos dizer que a sociedade burguesa é a institucionalização da inveja*.⁸

E a obsessão pelo consumo que passa a vigorar neste tipo de cultura leva as pessoas a serem indiferentes, insensíveis, a tudo e a todos que não estão neste circuito de busca da humanização pela imitação do consumo do outro — em geral alguém de classe superior. Isso é bem claro quando vemos as elites dos países pobres do Terceiro Mundo consumindo mercadorias de luxo — imitando o padrão de consumo da elite dos países ricos — e apoiando políticas econômicas que permitem isso, mesmo que isso signifique necessariamente o aprofundamento da desigualdade e exclusão sociais nos seus países.

Além dessa insensibilidade que nasce da obsessão pelo consumo, temos o agravante de que em uma cultura de consumo, onde o *ter* é identificado como o caminho para *ser*, o pobre, porque *não tem* é visto como *não-pessoa*, ou como pessoa de segunda categoria. Assim sendo, os problemas dos/as excluídos/as não são problemas importantes, porque eles ou elas não são vistos/as como pessoas.

3. CONTRIBUIÇÕES DAS IGREJAS CRISTÃS

Feita esta análise, vejamos como as Igrejas cristãs podem contribuir na superação desta cultura de insensibilidade e na criação de uma sociedade onde todos/as possam viver uma vida digna.

3.1. Em busca do desenvolvimento integral: a crítica como caminho

O primeiro passo é criticar as teorias econômicas que identificam o crescimento econômico com o desenvolvimento e apresentam a iniquidade social como condição para o cresci-

7 Sobre este tema vide, por exemplo, Jung Mo SUNG, *Desejo, mercado e religião*. Petrópolis, Vozes, 1998.

8 Cf. D. BELL, *Las contradicciones culturales del capitalismo*. Madri, Alianza Universidad, 1992, 4a. ed., p. 34. (original em Inglês, 1976)

mento econômico e, portanto, para o desenvolvimento. O papa Paulo VI, na encíclica *Populorum progressio*, já criticou este tipo de teoria econômica afirmando que *o desenvolvimento não se reduz ao simples crescimento econômico e que para ser autêntico, deve ser integral, isto é, promover todos os homens e todo o homem* (n. 14). Ele insistiu que *“o desenvolvimento integral do homem não pode acontecer sem o desenvolvimento solidário da humanidade e sugeriu a busca de meios concretos e práticos de organização e cooperação para pôr em comum os recursos disponíveis e realizar assim, uma verdadeira comunhão entre todas as nações* (n. 43-44).

Este apelo do papa, que foi retomado de diversos modos por outros documentos e pronunciamentos da Igreja católica e de outras Igrejas cristãs e o Conselho Mundial das Igrejas, foi visto, por muitos economistas, como um mero *apelo ético*, sem valor ou funcionalidade no campo econômico. Mas, a história aos poucos vai mostrando que não era um simples apelo ético, mas também um diagnóstico correto em termos econômicos e sociais. Já existem inúmeros estudos econômicos sérios, alguns financiados pelo Banco Mundial, que mostram que a desigualdade social iníqua não é só um problema ético, mas também um problema econômico que impede o próprio crescimento econômico.

Num estudo preparado para ONU, Bernardo Kliksberg mostra como a pobreza não funciona como um estímulo para concorrência no mercado, mas pelo contrário, as carências a que estão submetidos os pobres *vão configurando ‘círculos perversos’ de pobreza. As dificuldades de nutrição inicial, a carência de estrutura familiar sólida, as limitações para se ter acesso e permanecer na escola, a colocação à margem do mercado de trabalho, tudo isso vai configurando uma situação de exclusão social que se auto-reproduz. E que a pobreza acentuada e as altas polarizações sociais configuram um cenário que prejudica seriamente as possibilidades de crescimento econômico sustentado e, ao mesmo tempo, afeta gravemente a governabilidade democrática nos países em desenvolvimento.*⁹

A vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Nancy Birdsall, analisando o aumento da desigualdade de renda na América Latina, diz que a desigualdade latino-americana tornou-se uma desigualdade destrutiva. Ela distingue dois tipos de desigualdade de renda: a construtiva e a destrutiva. A construtiva seria uma desigualdade que reflete um conjunto de incentivos que encoraja inovação e trabalho duro. O que levaria ao aumento da eficiência econômica. Enquanto que a desigualdade destrutiva, como a da América Latina, não leva ao crescimento econômico porque produz in-

9 Cf. B. KLIKSBERG, *Repensando o Estado para o desenvolvimento social. Superando dogmas e convencionalismos*. São Paulo, Cortez, 1998, pp. 16 e 18.

10 Cf. N. BIRDSALL, *Remarks on Equity Issues in a Globalizing World*. IMF Conference on Economic Policy and Equity. Washington, D. C., June 8th, 1998. Disponível na internet: gos.sbc.edu/b/birdsall3.htm

centivos perversos: os pobres são excluídos enquanto os ricos se beneficiam de privilégios e da renda.¹⁰

A diminuição da desigualdade social e a integração social dos/as atualmente excluídos/as passou a ser considerado por diversos estudiosos como uma exigência para o crescimento econômico sustentado e para a manutenção da ordem político-social. O que antes era considerado uma mera exigência ética, começa a ser visto agora como uma exigência sistêmica, isto é, necessária para uma reprodução sustentável do próprio sistema.

Este fato deve servir como um incentivo para que as Igrejas cristãs continuem aperfeiçoando e propagando os seus ensinamentos sociais e desenvolvendo reflexões teológicas sobre os problemas econômicos e sociais.

3.2. Sofrer é pecar?

A tradição judaico-cristã sempre procurou preservar a transcendência de Deus exatamente para evitar seja a sacralização da natureza e das instituições sociais ou a naturalização — que é a forma contemporânea de sacralização — das instituições, seja o mercado ou Estado. Esta tentativa de naturalizar ou sacralizar as instituições não deixa de ser uma forma de *religião do destino*. E estas religiões — incluindo aqui diversos setores do cristianismo — com suas teologias da retribuição sempre justificam, de um modo ou outro, os sofrimentos dos pobres e, o mais importante, culpabilizam as vítimas. Sofredor é o pecador!

Ao culpabilizar as vítimas, os vitimadores adquirem uma consciência tranqüila. Pois crêem que as iniquidades cometidas contra os pobres são os sacrifícios exigidos por um deus sedento de sangue ou, no nosso caso, pelas leis do mercado divinizado. Denunciar a idolatria é a condição preliminar para anunciar o Deus da Vida. Anunciar a boa-nova de Jesus aos pobres é, antes de mais nada, defender a inocência das vítimas e anunciar o Deus de Jesus que não quer sacrifícios, mas sim misericórdia (Cf. Mt 9,13).

3.3. Não posso fazer nada?

Como vimos no 2.3., enquanto persistirem idéias do tipo *eu não tenho culpa do que acontece com o mundo* ou *nada posso fazer*, será muito difícil superar a insensibilidade social. A complexidade da atual divisão internacional do trabalho não pode ser negada, mas podemos lutar contra o sentimento de não-responsabilidade ética mostrando às pessoas os efeitos

não-intencionais das nossas ações ou omissões que podem provocar ou alongar sofrimentos nos pobres.

Além deste trabalho de *conscientização*, — não no sentido usado na década de 70 —, é também importante diferenciar a culpa da responsabilidade. O sentimento de culpa deriva da idéia de que erramos moralmente por ignorância, fraqueza ou intenção de fazer o mal. Tem a ver com a degradação ética do sujeito. Enquanto que a responsabilidade pode ou não estar ligada à culpa. Está ligada à culpa quando somos agentes de infração ou omissão e de nós depende a seqüência dos efeitos reprovados. Mas podemos ser responsáveis por conseqüências de atos que não foram de nossa autoria e sobre os quais também não podemos ser acusados de omissão.

Contra a idéia tão difundida de que *não podemos fazer nada para mudar o mundo*, devemos mostrar com nossas ações concretas que é possível fazer algo. Por menor que seja esta ação, ela estará interligada com outras formando uma cadeia que entra em luta contra a lógica da exclusão que domina o atual sistema econômico globalizado.

Por menor que sejam as nossas práticas solidárias, elas terão pelo menos o papel profético de tirar a *consciência tranqüila* dos insensíveis, pois estaremos desmascarando a insensibilidade que tenta se justificar com *não se pode fazer nada*. É preciso restaurar a consciência ética na sociedade.

3.4. Quem é meu próximo?

Vimos na seção anterior como a postura de não-responsabilidade está ligada ao distanciamento social. O contrário do distanciamento é a de proximidade, um dos temas fundamentais da Bíblia. Todos conhecem a famosa parábola do *bom samaritano* (Lc 10,29-37). Ela começa com a pergunta feita a Jesus: *E quem é meu próximo?* e termina com Jesus perguntando: *quem foi o próximo do homem? Aquele que usou de misericórdia para com ele.*

O próximo, aquele que sofre, nos interpela ética e espiritualmente. Cada um de nós é responsável frente a esta interpelação. Se nos fazemos próximo, isto é, se nos deixamos ser tomados pela compaixão e nos tornamos solidários, superamos a distância social criada por rótulos e preconceitos sociais. E nesse encontro seremos capaz de experimentar a graça de Deus presente no meio de nós.

Esta experiência espiritual revela que a humanidade não é algo que se compra através de consumo de mercadorias, mas que se vive no encontro com o próximo. O reconhecimento da dignidade fundamental dos pobres, a revelação de que as pes-

soas não têm a sua existência justificada pela posse de riquezas, mas pela graça de Deus que ama a todos, nos leva a lutar por uma outra forma de organizar a sociedade que possibilite que todos tenham o necessário para viver dignamente. É da experiência espiritual do amor gratuito de Deus por todos nós que nasce o desejo e a força para lutar por uma outra forma de globalização econômica e do uso da tecnologia que possibilite uma vida digna para todos.

Diante da espiritualidade perversa e idolátrica que move o atual processo de globalização econômica e da cultura de insensibilidade, o engajamento na defesa da vida dos/as excluídos/as é uma questão de fé e espiritualidade cristã. Diante de um mundo que se esconde atrás do *não se pode mudar nada*, que reduz tudo ao cálculo de custo e benefício próprio ou ao cálculo das possibilidades de vitória ou derrota, devemos viver e anunciar uma outra lógica, uma outra espiritualidade. Aquela que vive a fidelidade à experiência de sermos amados gratuitamente por Deus, experiência essa que revivemos cada que vez quando nos fazemos próximos dos necessitados.

O anúncio da boa-nova de Jesus tem que se expressar nas mais diversas formas de solidariedade com os excluídos, os empobrecidos e com os trabalhadores desempregados do mundo todo. Pois, como diz o papa João Paulo II, na encíclica *Laborem Exercens*, esta é a causa da Igreja porque a considera como sua missão, seu serviço e como uma comprovação da sua fidelidade a Cristo, para assim ser verdadeiramente a "Igreja dos pobres" (n. 8).